

ENTREVISTA: JOVILES VITÓRIO TREVISOL

Realizada em 20 de abril de 2018

Joviles Vitório Trevisol, Possui Pós-Doutorado em Sociologia pelo Centro de Estudos Sociais, da Faculdade de Economia, da Universidade de Coimbra (2006) sob a orientação do sociólogo Boaventura de Sousa Santos. Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (2000). Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (1995). Presidente do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação (FOPROP - Gestões 2016-2017 e 2017-2018). Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS - 2010-2018). Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Fronteira Sul. Membro titular do Conselho Superior da CAPES (CS-CAPES 2016-2018), do Conselho Técnico-Científico da CAPES (CTC/CAPES 2016-2018), da Comissão de Acompanhamento do Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG 2017-2018), do Conselho de Administração do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE 2016-2018) e do Conselho da Fundação de Amparo à Pesquisa de Santa Catarina - FAPESC (2012-2018). Membro do Fórum Estadual de Educação (FEE/SC 2012-2018). Secretário Executivo do FOPROP (Gestões 2014-2015 e 2015-2016). Coordenador do FOPROP - Região Sul (2013-2014) e Vice-Coordenador do FOPROP - Região Sul (2012-2013). Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNOESC (2007-2010). Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão da UNOESC (2003-2005), Diretor da Editora EDUNOESC (2000-2003). Editor Científico da Revista *Roteiro* (2000-2003). Além da docência na graduação e na pós-graduação, exerceu inúmeras funções no âmbito da gestão universitária e científica, como a de editor científico de periódicos, líder de grupo de pesquisa, presidente de inúmeras comissões, membro de comissões de avaliação de cursos e de conselhos científicos de periódicos e de eventos científicos. Autor e organizador de inúmeros livros. Tem desenvolvido pesquisa sobre temáticas como transformações do Estado contemporâneo; estado, sociedade e políticas

públicas; estado e políticas educacionais. Fonte: Currículo Lattes

Agradecemos a sua disponibilidade e disposição em colaborar com a Revista Professare. Para iniciar nosso diálogo, gostaríamos de lhe perguntar como avalia a importância do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação (FOPROP) no que se refere à Política Nacional de Pós-Graduação expressa no Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG)? Que política de Pós-Graduação vigora ou está em construção no Brasil neste momento?

O Fórum de Pró-Reitores de Pós-Graduação e Pesquisa (FOPROP) completou, em 2018, trinta e três anos de existência, contando atualmente com 252 institutos de pesquisa e instituições de ensino superior associadas (apenas as que possuem programas de pós-graduação *stricto sensu*). Surgiu em 1985, no bojo do processo de redemocratização do país e no contexto das discussões sobre os grandes temas nacionais, entre os quais o papel da universidade, da ciência e da tecnologia em um país em processo de abertura política, econômica e cultural. A reunião que deu origem à entidade ocorreu três meses após a eleição indireta de Tancredo Neves para a Presidência da República (15 de janeiro), uma semana após a criação do Ministério de Ciência e Tecnologia (15 de março), e poucos meses antes da realização da I Conferência de Ciência e Tecnologia. Foi motivada, portanto, por alguns acontecimentos que se revelaram de grande importância para a história política e científica do Brasil. O FOPROP tem participado e contribuído de forma direta, no âmbito de suas competências e especificidades, na formulação e implementação das políticas de ciência, pós-graduação, tecnologia e inovação do país. Sobretudo, nos momentos mais difíceis da conjuntura nacional, o Fórum tem sido capaz de mobilizar as instituições associadas e a comunidade acadêmica na defesa da democracia, da expansão e democratização da educação superior e das políticas de fomento e desenvolvimento da pesquisa, da pós-graduação, da tecnologia e da inovação. O Fórum participa hoje dos conselhos superiores das principais agências de fomento do país: CAPES, CNPq e FINEP. Participa, além disso, do Conselho Técnico-Científico da CAPES (CTC-ES), da Comissão Especial de Acompanhamento do PNPG, do Conselho de Administração do CGEE e de outros tantos Grupos de Trabalho e Comissões. Nesse momento, o FOPROP está envolvido em algumas ações muito importantes. Uma

delas diz respeito ao trabalho que a Comissão Especial de Acompanhamento do Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) está desenvolvendo. Por delegação do Conselho Superior da CAPES, a Comissão (integrada pelo FOPROP) dirigiu uma consulta às principais entidades brasileiras representativas da comunidade acadêmica e científica (ABRUEM, ANDIFES, ABRUC, ABC, CNPq, CNE, CONSECTI, CTC-ES, FINEP, FOPROP, SBPC etc.) com o propósito de avaliar o atual sistema de avaliação da pós-graduação brasileira. O conjunto das contribuições está em fase de sistematização, devendo resultar num documento final que será enviado ao Conselho Superior da CAPES para análise e deliberação. A pós-graduação cresceu muito na última década. Chegou o momento de repensar e definir uma série de questões como a expansão da pós-graduação e sua relação com o financiamento; os programas de mestrado e doutorado profissionais; a pós-graduação na modalidade a distância; o papel das IES no planejamento da expansão da consolidação da pós-graduação; as dimensões quantitativas e qualitativas da avaliação; o Qualis etc. O documento a ser finalizado pela Comissão do PNPG aportará um conjunto de propostas de melhorias no atual sistema de avaliação da pós-graduação brasileira. O FOPROP foi a primeira entidade a enviar suas contribuições à Comissão por meio de um documento contendo dezenove itens.

Vários escritos mostram haver uma forte preocupação relacionada com a banalização da produção científica nacional. Existe realmente essa preocupação? Ela tem fundamento? Como você se posiciona frente a ela?

O Brasil conquistou, após muitos investimentos em infraestrutura em pesquisa e na formação de mestres e doutores, a 13ª posição no *ranking* da produção científica mundial. Em 1985, a propósito, mais de 40% dos doutores brasileiros tinham obtido seus doutorados em instituições estrangeiras. Hoje o Sistema Nacional de Pós-Graduação brasileiro forma, por ano, cerca de 20.000 doutores e aproximadamente 50.000 mestres. Em 1976, existiam 490 cursos de mestrado no Brasil e 183 de doutorado. Quarenta anos depois, em 2016, o número de cursos de mestrado e doutorado saltou para 6.313, distribuídos em 4.186 programas ofertados por 434 instituições, totalizando 346.044 discentes e 92.850 docentes (permanentes, colaboradores e visitantes). Os investimentos públicos em CT&I, feitos

especialmente por meio do CNPq, CAPES, FINEP e pelas fundações estaduais de amparo à pesquisa, inseriram o Brasil entre os líderes da produção do conhecimento em algumas áreas fundamentais como a (i) agricultura (produção de laranja, soja, frutas tropicais, cereais etc); (ii) a produção animal (carne bovina, suína e de frango); (iii) a automação (bancária, eleições e plantas industriais); (iv) a produção de aeronaves (Embraer); (v) a produção de biocombustíveis (etanol e biodiesel), petróleo (águas profundas), celulose e papel; (vi) a Odontologia e, (vii) o controle biológico de insetos e a pesquisa sobre doenças tropicais e saúde pública. Nossa comunidade científica é enorme e jovem. A grande maioria dos doutores se formou nas últimas décadas. A qualidade da produção científica é, seguramente, um dos grandes desafios. A despeito de nossa pesquisa e pós-graduação ser de qualidade, é preciso ter claro que a produção científica e tecnológica mundial está muito dinâmica e centrada em novas descobertas e inovações. As mudanças são tão rápidas e intensas que, na maior parte das áreas, o conhecimento é revolucionado a cada década. Os pesquisadores brasileiros, neste sentido, precisam estar conectados com o que se produz fora do país, particularmente com as instituições e redes de pesquisa que lideram a produção científica e tecnológica nas diferentes áreas e campos de pesquisa. A internacionalização, por essa razão, assumiu enorme centralidade nos últimos anos. Tanto a produção, quanto as publicações dos resultados precisam estar mais conectadas e integradas ao que vem sendo feito em termos internacionais. A publicação científica brasileira, neste sentido, precisa desvencilhar-se do quantitativismo e centrar-se na relevância e no impacto. Mais que em qualquer outra época, o conhecimento é uma dimensão central do desenvolvimento dos países e das regiões. A ciência (básica e aplicada), a tecnologia e a inovação inscreveram-se como dimensões estruturantes do futuro. O conhecimento é, hoje, uma dimensão essencial à soberania nacional; é fator essencial ao desenvolvimento e promoção da melhoria das condições de vida da população. A justiça cognitiva (acesso e a apropriação social da ciência, da tecnologia e da inovação) é condição essencial para a justiça social, para a redução das desigualdades e para o desenvolvimento social e econômico.

Nos últimos anos houve contínuos cortes orçamentários no Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). No seu ponto de vista, quais serão as consequências dessas ações para o futuro da educação e da produção científica no nosso país?

Os investimentos em Ciência, Tecnologia e Inovação recuaram em escala preocupante nos últimos anos. Entre 2005 e 2016, o orçamento do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação teve uma retração de R\$ 20,9 bilhões. No período 2006-2017, foram contingenciados cerca de R\$ 15 bilhões dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). O orçamento de custeio e investimentos em CT&I do Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações passou de R\$ 8,4 bilhões em 2013, para R\$ 3,2 bilhões em 2017. O orçamento do CNPq passou de R\$ 2,182 bilhões em 2013 para cerca de R\$ 1,1 bilhão em 2017. A CAPES também teve redução orçamentária, retraindo de R\$ 5,55 bilhões em 2016 para R\$ 3,6 bilhões em 2018. O Brasil tem cerca de 710 cientistas por cada milhão de habitantes, contra 7.600 no grupo de 34 países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). O Brasil tem investido menos de 1% de seu PIB anual em CT&I. Países como a Coreia do Sul e Israel aplicam atualmente mais de 4% de seus Produtos Internos Brutos (PIB) em pesquisa e desenvolvimento (P&D); a China e a União Europeia planejam alcançar, respectivamente, 2,5% e 3% do PIB em 2020, sendo que os Estados Unidos já investem 2,7%. Os cortes desestruturam as equipes e as redes de pesquisadores, fragilizam os laboratórios e impactam negativamente a infraestrutura existente. A redução, os atrasos nos repasses e as interrupções desestimulam os pesquisadores. Dentre os efeitos negativos cabe também destacar o desestímulo aos jovens talentos. A falta de investimentos compromete a base do processo de formação em pesquisa nas instituições brasileiras. Na prática menos jovens são estimulados a iniciar em pesquisa e a construir carreiras em áreas que envolvem ciência e produção de conhecimento, de tecnologia e inovação. A redução das oportunidades acarreta perdas dramáticas aos nossos jovens, às nossas instituições e ao desenvolvimento do país. Nos últimos anos cresceu significativamente o número de cientistas brasileiros que deixaram o país para fazer carreira em outros países.

Em documento produzido recentemente pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação (FOPROP), é destacada a importância da democracia para o desenvolvimento social, sendo as eleições uma oportunidade de desenvolver, junto aos cidadãos, o pleno direito de avaliar o trabalho realizado pelos seus representantes e, sobremaneira, de pensar sobre o futuro. Como você antevê o Sistema Nacional de Pós-Graduação e o futuro do Brasil frente a essa previsão?

Em outubro os brasileiros irão às urnas novamente para escolher os seus representantes para o parlamento (deputados estaduais e federais e senadores) e para o executivo (governadores e presidente da República). Neste ano o primeiro turno das eleições coincidirá com o aniversário de trinta anos da Constituição Federal. Estas eleições revestem-se de particular importância dado o contexto de crise que envolve o país. O cidadão terá novamente o direito de avaliar o trabalho realizado pelos seus representantes eleitos e pronunciar-se sobre o futuro. Será uma eleição atípica, envolta pelos efeitos da Operação Lava Jato e pelas consequências da crise econômica e política. Apesar da descrença nos partidos e nos políticos, a sociedade aguarda as eleições na expectativa de que elas superem as divisões, as fraturas e as cicatrizes deixadas pelo processo de *impeachment*. O fato é que, nessas eleições, alguns temas e políticas estruturais estarão em disputa. Penso que, no limite, o que estará em pauta é a própria Constituição Federal. As urnas expressarão os compromissos da sociedade brasileira em relação a alguns princípios constitucionais aprovados em 1988, particularmente a democracia, os direitos fundamentais, o Estado de direito, os direitos sociais básicos (educação, saúde, habitação, segurança pública, etc.) e o papel do Estado como promotor dos direitos de cidadania. As urnas dirão se nossa democracia é de alta, média ou de baixa intensidade.

O futuro da educação, da ciência, da tecnologia e da inovação depende do compromisso assumido pelo Estado brasileiro e pelos seus governantes. Como o FOPROP percebe esse desafio e como se posiciona frente a ele?

As políticas nessas áreas têm oscilado bastante, variando de acordo com o ambiente macroeconômico e as preferências dos governantes que ocupam os cargos decisórios. Não há dúvida que o país precisa, tanto na esfera federal, quanto estadual e municipal, de políticas

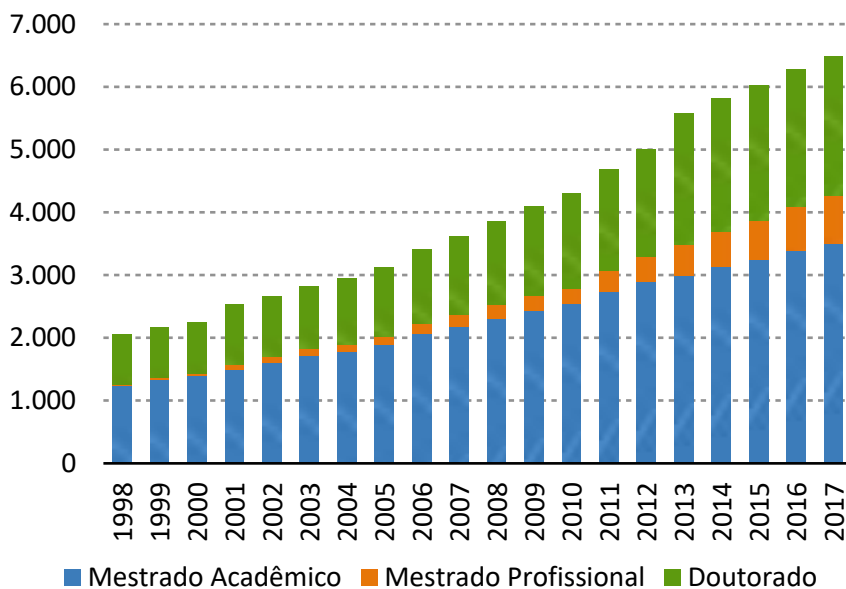
de Estado. Essas são áreas estratégicas para o futuro do país, que precisam ter planejamento de médio e longo prazo e constância de investimentos e de avaliação. No Documento que o FOPROP elaborou para subsidiar o debate com os candidatos para as eleições 2018, definimos as políticas que julgamos fundamentais para os próximos anos: (i) investimento na base do sistema de ensino (Educação Básica), particularmente na formação e remuneração dos de professores, inovação curricular e didática e em infraestrutura; (ii) elaboração de um Plano Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, similar ao PNE (Plano Nacional de Educação) e PNPG (Plano Nacional de Educação e Plano Nacional de Pós-Graduação), com metas e ações claras, prevendo investimentos progressivos em CT&I (meta de 2% do PIB até 2030); (iii) reconhecimento da importância estratégica e do protagonismo de Ciência, Tecnologia e Inovação na estrutura da administração pública federal, bem como o impacto dessas áreas no desenvolvimento do país; (iv) fortalecimento das Secretarias Estaduais de CT&I e das fundações de amparo à pesquisa, assegurando o repasse anual de recursos correspondente ao estabelecido pelas Constituições estaduais; (v) rever a Emenda Constitucional 95, que congela os gastos públicos por 20 anos; (vi) recomposição do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), com descontingenciamento e repasse regular dos recursos para a efetiva implementação nos editais de pesquisa e de infraestrutura do CNPq e FINEP (PRO-INFRA, INCTs; PIBIC, PIBICT, Bolsas Produtividade etc); (vii) fortalecimento dos programas destinados à formação em pesquisa de estudantes de ensino médio (PIBIC-EM) e de graduação (PIBIC, PIBITC etc) implementados pelo CNPq e pelas Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa; (viii) implantação plena e criação/consolidação dos processos de gestão da pesquisa mediante a implementação do Decreto 9.283, de 07 de fevereiro de 2018, de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, com vistas à capacitação tecnológica, ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional; (ix) fortalecimento do Sistema Nacional de Pós-graduação, por meio da recuperação do orçamento destinado à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) instituições responsáveis pelo financiamento e avaliação da pós-graduação brasileira e (x) manutenção e ampliação do Portal Periódicos

CAPES, considerando o seu papel para os pesquisadores e os estudantes brasileiros da graduação e da pós-graduação.

Nos últimos anos percebemos o rápido crescimento e a inserção de mestrados e doutorados profissionais no Sistema Nacional de Pós-Graduação. No seu ponto de vista, qual o sentido destas modalidades para o desenvolvimento da pesquisa nacional?

A modalidade profissional da pós-graduação brasileira tem cerca de vinte anos. Começou de forma tímida e foi ganhando corpo ao longo dos anos, estimulada principalmente pelas demandas que as instituições foram apresentando à CAPES, oriundas, em grande medida, do mundo do trabalho e dos campos de atuação profissional. Tanto as empresas, quanto os órgãos públicos, sobretudo dos setores de educação e saúde, passaram a demandar cursos de pós-graduação destinados à formação profissional. Tendo em vista a expansão da modalidade, em 2009 o Ministério da Educação emitiu, pela primeira vez, uma portaria regulamentando a matéria (Portaria Normativa Nº 17, de dezembro de 2009). Em 2017, o MEC emitiu nova regulamentação (Portaria MEC Nº 389, de 23 de março de 2017), cuja principal novidade foi a ampliação da modalidade, permitindo a existência de doutorados profissionais. A título de ilustração, em 2011 existiam 338 mestrados profissionais. Em 2016 o número saltou para 703. No quadriênio 2013-2016, o crescimento foi de 77%. O gráfico abaixo ilustra melhor a expansão.

Gráfico: Expansão dos cursos de mestrado e doutorado no Brasil (1998-2017)



■ Mestrado Acadêmico ■ Mestrado Profissional ■ Doutorado
FONTE: DAV/CAPES, 2018.

Os desafios para a modalidade profissional da pós-graduação não são pequenos. O principal deles é, seguramente, fazer com que a modalidade cumpra os seus fins acadêmicos e formativos com qualidade e relevância. Ainda há incompreensões (e confusões) acerca do profissional. Ao proporem projetos (APCNs) as instituições precisam ter presente que as especificidades dessa modalidade vão exigir compromissos, investimentos e dedicação tão intensos quanto os requeridos nos programas acadêmicos. É preciso ter muito presente os fins (objetivos) dessa modalidade estabelecidos pelos marcos regulatórios do MEC e CAPES, particularmente pelas Áreas de Avaliação do CTC-ES. É fundamental haver clareza de propósitos desde o momento da elaboração do projeto. Se a opção for pelo profissional, é fundamental assumir essa “vocação” nos objetivos do curso, no perfil do egresso, na definição das linhas, na composição do corpo docente, na interação com o mundo do trabalho e o exercício profissional (empresas, instituições públicas, organizações sociais, etc.) e no perfil da produção científica ou tecnológica ou artística.

As tecnologias da informação e comunicação têm possibilitado o surgimento de diferentes modalidades de formação, tanto na graduação como na Pós-Graduação. Na graduação, a *educação a distância* cresce exponencialmente. Como você avalia a modalidade *a distância* para programas de mestrado e doutorado?

A pós-graduação *stricto sensu* a distância foi proposta pela Resolução CNE-CES N° 7, de 11 de dezembro de 2017. Até esse momento, a modalidade era praticada, parcialmente, por alguns programas de pós-graduação, sobretudo os mais consolidados, com forte inserção internacional. O Art. 3° dessa Resolução instituiu a oferta de mestrado e doutorado a distância e atribuiu à CAPES a tarefa de regulamentar todo o processo de avaliação das propostas, assim como do desempenho dos cursos aprovados. Em junho de 2018, por meio da Portaria 132, a CAPES instituiu um Grupo de Trabalho (GT) com o propósito de analisar, organizar e propor instrumento de regulamentação da EaD nos programas de pós-graduação *stricto sensu*. A proposta de regulamentação será submetida aos devidos Conselhos da CAPES para aprovação. Enquanto membro do referido GT, o FOPROP vem debatendo e formulando as suas proposições. A preocupação fundamental do Fórum é regulamentar a matéria de forma a assegurar a qualidade da pós-graduação. A modalidade a distância é uma dimensão importante, especialmente para a internacionalização de nossa pós-graduação. A CAPES tem sido, ao longo das décadas, guardiã e promotora de políticas de qualificação de nossa pós-graduação. Esse mesmo cuidado e seriedade precisam estar presentes na regulamentação da EaD na pós-graduação *stricto sensu*.